

SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A.
Demonstrações financeiras junho de 2020

Índice

Relatório dos auditores independentes	2
Diretoria	5
Relatório da administração	6
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas da
SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período iniciado em 30 de março de 2020 até 30 de junho de 2020, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa período iniciado em 30 de março de 2020 até 30 de junho de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

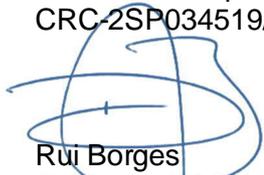
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de setembro de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rui Borges
Contador CRC-1SP207135/O-2

Diretoria

SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A.

Diretores

Fabiano Fialho Camperlingo
Mariana de Castilho Lázaro

Contador

André Victor Vicentini de Oliveira
CRC – 1SP-326608-08

Relatório da administração

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais da SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Entidade" ou "SumUp Bank") relativas ao período iniciado em 30 de março de 2020 até 30 de junho de 2020, elaboradas de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN).

Perfil Corporativo

O SumUp Bank foi constituído em 5 de dezembro de 2019 e em 30 de março de 2020 ele foi autorizado a funcionar como Sociedade de Crédito Direto pelo BACEN e iniciou suas atividades pré-operacionais.

Desempenho

Durante o período compreendido pelas Demonstrações Financeiras, o SumUp Bank estava em fase pré-operacional e, portanto, não possui atividades comerciais com clientes e não ofereceu qualquer tipo de serviço financeiro durante o período ao qual este relatório representa.

Resultado e Patrimônio Líquido

Em 30 de junho de 2020 o Lucro Líquido do SumUp Bank foi de R\$26 mil e o Patrimônio Líquido R\$1.957 mil.

Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2020 os Ativos totalizaram R\$1.970 mil e correspondem substancialmente por títulos públicos do governo federal do Brasil e os Passivos totalizaram R\$13 mil que correspondem a Obrigações fiscais.

Agradecimentos gerais

Agradecemos aos colaboradores do SumUp Bank, pelo talento e dedicação na construção de nossa instituição financeira.

São Paulo, 11 de setembro de 2020.

A Administração.

SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A.
Balço patrimonial
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais - R\$)



	<u>Nota</u>	<u>30/06/2020</u>
Ativo		
Ativo circulante		
Instrumentos financeiros	4	1.970
Títulos e valores mobiliários		1.970
		<u>1.970</u>
Total de ativos		<u>1.970</u>
Passivo e patrimônio líquido		
Passivo circulante		
Obrigações fiscais		13
		<u>13</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	5	1.931
Lucros acumulados		26
		<u>1.957</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.970</u>

SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A.
Demonstração do resultado
Período de 30 de março a 30 de junho de 2020
(Em milhares de reais - R\$)



	<u>Nota</u>	<u>30/06/2020</u>
Receita de intermediação financeira		
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	4	<u>39</u>
Resultado de intermediação financeira		<u>39</u>
Outras despesas operacionais		
Despesas tributárias		(2)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>37</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(11)
Lucro do semestre		<u>26</u>

SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Período de 30 de março a 30 de junho de 2020
(Em milhares de reais - R\$)



	<u>30/06/2020</u>
Lucro do semestre	26
Outros resultados abrangentes	-
Total do resultado abrangente do semestre	<u>26</u>

SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A.
Demonstração da mutação do patrimônio líquido
Período de 30 de março a 30 de junho de 2020
(Em milhares de reais - R\$)



	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Aporte de capital inicial	5	1.931	-	1.931
Lucro do semestre		-	26	26
Saldos em 30 de junho de 2020		<u>1.931</u>	<u>26</u>	<u>1.957</u>

SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A.
 Demonstração do fluxo de caixa
 Período de 30 de março a 30 de junho de 2020
 (Em milhares de reais - R\$)



	<u>30/06/2020</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	37
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa líquido gerado pelas (utilizadas nas) atividades operacionais:	
Ajuste a valor de mercado - títulos e valores mobiliários	1
Redução (aumento) dos ativos:	
Instrumentos financeiros, negociação	(1.971)
Aumento (redução) de passivos:	
Obrigações fiscais	2
Caixa líquido gerado por (utilizado em) atividades operacionais	<u>(1.931)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Caixa líquido usado em atividades de investimento	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Aporte inicial de capital	1.931
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>1.931</u>
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	-
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>

1. Informações gerais

SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A. (a “Entidade”, “SumUp Bank”) foi constituída em 5 de dezembro de 2019 e em 30 de março de 2020 a Entidade foi autorizada a funcionar como Sociedade de Crédito Direto pelo Banco Central do Brasil (“Bacen” ou “BCB”) e iniciou suas atividades pré-operacionais. A Entidade está localizada no Brasil, com sede na Rua Gilberto Sabino, 215, 10º andar, São Paulo, Brasil e é controlada pela SumUp Holdings Luxembourg SARL (“SumUp Group” ou “Controladora”), localizada em Luxemburgo.

A Entidade tem por objeto a prática de (i) operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio ou outras origens desde que regulatoriamente permitidas; (ii) emissão de moeda eletrônica e gestão de conta de pagamentos pré-paga, com emissão de instrumentos de pagamento pré-pagos ou pós-pagos; (iii) prestação de serviços de análise de crédito e cobrança; e (iv) participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista, exceto instituições financeiras.

O desenvolvimento das operações da Entidade prevê o ingresso e desenvolvimento de clientes portadores de contas de pagamento, bem como de operações de crédito direto ao consumidor (CDC) que resultarão em geração de lucros no futuro. Dessa maneira as demonstrações financeiras da Entidade foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das atividades.

2. Principais políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, emitido pelo BACEN.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 11 de setembro de 2020.

2.2 Classificação circulante e não circulante

A Entidade apresenta ativos e passivos nas demonstrações financeiras com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado ou pretenda ser vendido ou consumido no ciclo operacional normal;
- Está mantido principalmente para fins de negociação;
- Espera que seja realizado dentro de doze meses após a data do balanço;
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que seja proibido de ser trocado ou usado para liquidar um passivo por pelo menos doze meses após a data do balanço.

2. Principais políticas contábeis - Continuação

2.2 Classificação circulante e não circulante - Continuação

Todos os outros ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado no ciclo operacional normal;
- Está mantido principalmente para fins de negociação;
- Deve ser liquidado dentro de doze meses após a data do balanço;
- Não há direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório.

2.3 Resumo das principais políticas contábeis

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são preparadas e apresentadas em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma), que é a moeda funcional. Transações em moedas diferentes da moeda funcional da Entidade ("moedas estrangeiras") são reconhecidas como resultado da taxa de câmbio em vigor nas datas das transações. No final do período do relatório, os itens monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos considerando as taxas vigentes na data do relatório. Os ganhos ou as perdas cambiais são reconhecidos como receita / custo financeiro na demonstração do resultado.

Mensuração do valor justo

A Entidade mensura instrumentos financeiros, como derivativos, e ativos não financeiros, como propriedades para investimento, pelo valor justo em cada data de relato.

O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal do ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.

O principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pela Entidade.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante de mercado de gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também

2. Principais políticas contábeis - Continuação

2.3 Resumo das principais políticas contábeis - Continuação

Mensuração do valor justo - Continuação

usaria o ativo de forma ideal.

A Entidade utiliza técnicas de avaliação apropriadas nas circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia do valor justo, descrita a seguir, com base nos dados de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais o menor nível de entrada significativo para a mensuração do valor justo é direto ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais o menor nível de entrada significativo para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para os ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Entidade determina se ocorreram transferências entre níveis na hierarquia, reavaliando a categorização (com base na entrada de nível mais baixo que é significativa para a mensuração do valor justo como um todo) no final de cada período de divulgação.

Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes, ativos ou passivos, são mensurados pelo valor estimado a ser compensado ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para o cálculo do imposto em vigor nas datas dos balanços.

O imposto de renda e a contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido e não no resultado do exercício. A administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações das quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Para fins de reconhecimento e mensuração, os instrumentos financeiros são classificados em quatro categorias:

2. Principais políticas contábeis - Continuação

2.3 Resumo das principais políticas contábeis - Continuação

Instrumentos financeiros – Continuação

Reconhecimento e mensuração - Continuação

(i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são contratos ou acordos cujo valor é derivado de um ou mais índices subjacentes ou ativos referenciados no contrato ou acordo, que exigem nenhum ou pouco investimento líquido inicial e são liquidados em uma data futura.

Desreconhecimento ativo financeiro

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Entidade transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Entidade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Entidade nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Entidade transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Entidade continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Entidade também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Entidade.

2. Principais políticas contábeis - Continuação

2.3 Resumo das principais políticas contábeis - Continuação

Instrumentos financeiros – Continuação

Desreconhecimento ativo financeiro - Continuação

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução de valor recuperável de ativos financeiro

Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda e o valor contábil desses ativos é reduzido com o uso de provisões. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados ao valor justo são avaliadas e calculadas individualmente e são reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento passivo financeiro

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente como resultado de um evento passado, é provável que a Entidade seja obrigada a liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável pode ser feita sobre o valor da obrigação.

O valor contabilizado como provisão é a melhor estimativa da contraprestação necessária para liquidar a obrigação presente no final do período do relatório, considerando os riscos e incertezas em torno da obrigação.

3. Julgamentos contábeis críticos e principais estimativas e premissas

A preparação das demonstrações financeiras da Entidade exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de receitas, despesas, ativos e passivos e as divulgações que os acompanham e a divulgação de passivos contingentes. A incerteza sobre essas premissas e estimativas pode resultar em resultados que requeiram um ajuste relevante no valor contábil de ativos ou passivos afetados em períodos futuros.

3. Julgamentos contábeis críticos e principais estimativas e premissas - Continuação

Julgamentos

No processo de aplicação das políticas contábeis da Entidade, a administração fez os seguintes julgamentos que têm o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

Estimativas e premissas

A Entidade revisa estimativas e premissas de maneira contínua; no entanto, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Mudanças nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros que possam ser impactados. As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas significativas são as seguintes:

Provisão para riscos

As provisões são reconhecidas para todos os riscos e ações judiciais avaliadas como perdas prováveis e que podem ser estimadas com segurança. A probabilidade de perda é avaliada com base nas evidências disponíveis, hierarquia de leis, decisões de casos disponíveis, decisões judiciais mais recentes e sua relevância no sistema jurídico e na avaliação feita pelo consultor jurídico externo da Entidade. A Administração acredita que essas provisões para riscos são demonstradas com precisão nas informações financeiras.

Redução ao valor recuperável de ativos

Um ativo que não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado no final do período do relatório para determinar se há alguma evidência objetiva de que está deteriorada, o que pode ocorrer após o reconhecimento inicial do ativo e ter um efeito adverso. impacto nos fluxos de caixa futuros projetados.

4. Instrumentos financeiros

Títulos e valores mobiliários

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento contratual

Os títulos e valores mobiliários referem-se a títulos públicos do governo federal do Brasil, de livre movimentação e classificados como para negociação.

	30/06/2020		
	Custo	Valor de Mercado	Acima de 365
Carteira própria			
Títulos públicos - Brasil			
Letras financeiras do tesouro	1.971	1.970	1.970
Total	1.971	1.970	1.970

b. Resultado com títulos e valores mobiliários

	<u>30/06/2020</u>
Renda de letras financeiras do tesouro	40
Valor justo - títulos públicos	(1)
Total	<u>39</u>

5. Patrimônio líquido

Capital Social

Em 30 de março de 2020, a entidade foi autorizada pelo Banco Central do Brasil a funcionar, com o capital social de R\$1.931, compreendendo 193.113.250 ações ordinárias sem valor nominal. Todas as ações emitidas são totalmente integralizadas e têm direitos de voto iguais nas assembleias gerais e para receber dividendos. Em 30 de junho de 2020 não houve alteração no capital social da Entidade.

6. Gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do SumUp Bank. é apropriada para seu porte e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, monitoramento e controle dos riscos aos quais está exposto.

O SumUp Bank prioriza os riscos que têm um impacto material em seus objetivos estratégicos. A estrutura de gerenciamento de riscos realiza a identificação e avaliação de riscos com o objetivo de selecionar os riscos que são chaves para buscar oportunidades potenciais e/ou que podem impedir a criação, preservação e realização de valor, ou que podem corroer o valor já existente, com a possibilidade de haver impactos nos resultados, capital, liquidez e reputação.

O processo de gerenciamento de riscos permeia toda a Entidade, estando alinhado às diretrizes da administração e dos executivos, que, por meio de reuniões internas, definem os objetivos da Entidade, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, as unidades de controle e gerenciamento de capital fornecem suporte à administração por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital.

a. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a mudanças nos preços de mercado. O risco de mercado compreende três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco de moeda e outros riscos de preço, como risco de preço de ações e risco de commodities. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem títulos e valores mobiliários.

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuem devido a alterações nas taxas de juros do mercado. A

exposição da Entidade ao risco de alterações nas taxas de juros de mercado em 30 de junho de 2020 está relacionada principalmente aos títulos do governo do Brasil, que possuem taxa de juros pós fixada (SELIC), e compõem o ativo da Entidade em 30 de junho de 2020.

b. Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da Entidade não ser capaz de honrar suas obrigações correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas além da ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis que podem afetar a capacidade de pagamento da Entidade.

Os procedimentos adotados pelo SumUp Bank estão em conformidade com os procedimentos estabelecidos para identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos de liquidez, inerentes às operações da Entidade.

c. Risco de Crédito

O gerenciamento é feito pela administração, aplicando-se os limites operacionais, previamente aprovados pelas áreas competentes. A gestão do risco de crédito trabalha com a coleta de documentação e todas informações necessárias para a análise da operação.

d. Gerenciamento de capital

O SumUp Bank possui uma boa estrutura de capital que garante estabilidade financeira e fornece uma base sólida para o início, estruturação e o desenvolvimento contínuo das operações comerciais. A Administração supervisiona a estrutura de capital e a administração financeira da Entidade, aprova assuntos relacionados a despesas, investimentos e financiamento e monitora continuamente a exposição do Grupo a riscos financeiros.

7. Eventos subsequentes

A Entidade está acompanhando os possíveis impactos do Coronavírus (COVID-19), seus reflexos na atividade econômica global, brasileira, e em seus negócios.

Devido a velocidade com a qual a situação do COVID-19 está se desenvolvendo, existe incerteza sobre os impactos financeiros dentro das operações da Entidade, sendo que até a data de autorização das demonstrações financeiras, não foi possível avaliar ou mensurar o risco em relação a atividade da Entidade e conseqüentemente qualquer impacto em suas demonstrações financeiras, no entanto, ressalta-se que não há risco na continuidade dos negócios ou deficiência de caixa, embora possivelmente ocorra impacto negativo nas operações financeiras durante o exercício de 2020.